



## O Fisco Salazarento da Democracia: Culpado Até Provar o Contrário

Publicado em 2025-12-04 14:15:11



### BOX DE FACTOS

- O contribuinte comum é tratado como suspeito por defeito: primeiro paga, depois que prove.
- O ónus da prova foi, na prática, invertido para quem menos poder tem.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

salazarenta: Estado forte com os tracos e traco com os fortes.

- Sem um novo contrato fiscal, a democracia continua a servir de verniz a um regime profundamente desigual.

## O Fisco Salazarento da Democracia: Culpado Até Provar o Contrário

*Em Portugal, o Estado fiscal aprendeu a arte mais perversa do poder: fazer do contribuinte um suspeito profissional e do rico um inocente permanente. A herança de Salazar não está nos retratos nas paredes, está no modo como o sistema trata quem trabalha e protege quem manda.*

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

Em Portugal, o Estado olha para o contribuinte como potencial infractor. O ponto de partida não é a confiança, é a suspeita. Quando a carta das Finanças chega, não vem como informação, vem como ameaça subtil, quase sempre envolta em linguagem opaca e prazos curtos, como quem diz: “pague primeiro, explique depois”.

O drama é que isto já nem choca. O contribuinte comum habituou-se a viver em estado de humilhação fiscal. Aprende, desde cedo, que não tem direito à dúvida, nem à falha, nem ao erro humano compreensível. Errou num campo? Não percebeu uma norma obscura? O problema é dele. O Estado não se assume como serviço; assume-se como *máquina de cobrança medieval*, com a delicadeza de um rolo compressor.

## **2. O ónus da prova, virado de cabeça para baixo**

Na teoria, num Estado de direito, quem acusa é que tem de provar. Na prática fiscal portuguesa, o que vigora é uma mutação silenciosa desta regra: o contribuinte é tratado como culpado até provar a sua inocência. É ele que tem de revistar anos de papéis, facturas já amarelecidas, declarações

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

emitir uma liquidação “presuntiva”, usar fórmulas automáticas, algoritmos de suspeita, cruzamentos imperfeitos de dados. Se houver erro, paciência: que o contribuinte reclame, apresente requerimentos, abra processos, contrate contabilistas e advogados, perca horas na fila e anos de vida em ansiedade. Para o cidadão comum, o ônus da prova é uma montanha; para o Estado, um mero parágrafo padrão.

## **3. A democracia com cheiro a Salazar**

Dizem-nos que vivemos em democracia há quase meio século. Mas há perfumes que não passam com a mudança de regime. O modo como o Estado lida com o povo cheira, demasiadas vezes, a gabinete do Estado Novo: distância, superioridade, ameaça e paternalismo. O contribuinte é o filho menor, irresponsável, que precisa de ser vigiado e castigado.

A herança salazarenta não está apenas nas velhas leis que ninguém revogou; está na mentalidade que atravessa governos de todas as cores. Mantém-se o velho princípio: Estado autoritário para baixo, submisso para cima. Quem tem pouco, é apertado até ao último cêntimo e penhorado sem apelo. Quem tem muito, contrata equipas de advogados, faz planeamento “criativo”, espalha sociedades por offshores

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

discursos, mas a arquitectura profunda permaneceu: um sistema desenhado para disciplinar o povo e absolver as elites.

## **4. As quadrilhas legais e o teatro da igualdade**

As verdadeiras quadrilhas do nosso tempo não andam de cara tapada, não assaltam bancos de caçadeira na mão. Andam de fato engomado, circulam entre gabinetes, escritórios de advogados, consultoras e ministérios. Não roubam com violência directa; roubam com astúcia legislativa, regulatória e fiscal. Transformam buracos na lei em auto-estradas para a fuga ao imposto, erguem estruturas opacas de papel e de ecrã, onde o dinheiro escorrega para onde o olhar do Fisco não chega, finge, ou tem mesmo medo, e não consegue chegar. - Veja-se só o caso recente do IMI das barragens da EDP!

Para o pequeno contribuinte, não há “optimização”; há dívida. Para as grandes fortunas, não há “burla”; há “planeamento”. Para quem trabalha por conta de outrem, o imposto é retido na fonte, sem apelo nem agravo. Para quem lucra milhões, a conta verdadeira chega, quando chega, depois de anos de recursos, prescrições e esquecimentos muito oportunos.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

fiscal que é, em si mesma, uma forma de violência.

## **5. O povo que prova tudo, o poder que não prova nada**

O retrato é simples e brutal: o povo tem de provar tudo, o poder quase nada. O pequeno comerciante tem de provar cada troco, cada factura, cada movimento. O reformado tem de explicar um reembolso, uma pequena herança, uma poupança antiga. O trabalhador dependente é esquadrinhado quando tenta deduzir uns euros em despesas de saúde ou educação.

Já o político de carreira, o gestor de topo, o amigo certo no lugar certo, esses só são verdadeiramente incomodados se o escândalo rebentar no jornal. E mesmo assim, o ónus da prova inverte-se outra vez: de súbito, passa a ser o Ministério Público, com meios limitados e pressões por todos os lados, a ter de demonstrar, com detalhe microscópico, cada trajecto de cada euro que desapareceu em offshores, consultorias e adjudicações duvidosas.

O resultado é conhecido: para muitos dos de cima, a justiça chega tarde, mal e porcamente – ou nunca chega. O relógio da prescrição é o melhor advogado das quadrilhas respeitáveis. Já para os de baixo, a máquina fiscal é rápida,



## **6. Um novo contrato fiscal ou a continuação da humilhação**

Não basta indignar-nos. É preciso dizer claramente o que está em causa: uma democracia que mantém um modelo fiscal salazarento na relação com o povo é uma democracia amputada. Pode ter eleições, partidos, debates televisivos e slogans coloridos; mas enquanto o contribuinte comum for tratado como súbdito suspeito, não como cidadão soberano, o regime continuará a ser, no essencial, um sistema de dominação.

Um novo contrato fiscal exige três rupturas claras: primeiro, recuperar o princípio civilizacional de que é o Estado que tem de provar o que acusa; segundo, simplificar a lei para que o cidadão a possa compreender sem doutoramentos; terceiro, virar finalmente a mira da fiscalização para os grandes esquemas, em vez de a concentrar nos pequenos remendos da sobrevivência diária.

Enquanto isso não acontecer, o país continuará a ser aquilo que já é: um laboratório perfeito de injustiça organizada, onde o medo da carta das Finanças é uma pedagogia silenciosa de submissão. E onde, ano após ano, o povo paga a factura inteira de um banquete a que nunca se sentou.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

passa, enfim, a ser aquilo que a Constituição prometeu e o sistema nunca cumpriu: **cidadão plenamente digno**, senhor dos seus direitos, respeitado pelo Estado que diz representá-lo.


---

Escrito por Francisco Gonçalves em co-autoria com Augustus Veritas Lumen,  
na esperança teimosa de um país em que o ónus da prova deixe de ser instrumento de opressão, e passe a ser fundamento de verdadeira justiça para todos os cidadãos.

[leia]



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)